



Conselho Federal de Medicina regulamenta relação entre médicos e prestadoras de serviços na área de saúde

O Conselho Federal de Medicina acaba de aprovar a Resolução CFM Nº 1642/2002 que determina que as empresas de seguro-saúde, de medicina de grupo, cooperativas de trabalho médico, empresas de autogestão ou outras que atuem sob a forma de prestação direta ou intermediação dos serviços médico-hospitalares devem seguir princípios em seu relacionamento com os médicos e usuários.

A resolução que compreende sete artigos e diversos itens mereceu desta diretoria uma atenção especial. Salientamos neste texto:

Art. 1º

Item a) respeitar a autonomia do médico e do paciente em relação à escolha de métodos diagnósticos e terapêuticos.

Item b) admitir a adoção de diretrizes ou protocolos médicos somente quando estes forem elaborados pelas sociedades brasileiras de especialidades, em conjunto com a Associação Médica Brasileira.

Item c) praticar a justa e digna remuneração profissional pelo trabalho médico...

Item f) vedar a vinculação dos honorários médicos a quaisquer parâmetros de restrição de solicitação de exames complementares.

Item g) respeitar o sigilo profissional, sendo vedado a essas empresas estabelecerem qualquer exigência que implique na revelação de diagnósticos e...

A lei determina que as empresas que comprem serviços médicos sejam obrigadas a registrar-se no Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição e devem seguir as determinações do Código de Ética Médica no que diz respeito às condições de trabalho e de atendimento, à autonomia profissional, à liberdade de escolha do médico pelo paciente, à irrestrita disponibilidade dos meios de diagnóstico e tratamento e à dignidade da remuneração profissional.

Este documento, assinado pelo Presidente do CFM, Dr. Edson de Oliveira Andrade e pelo Secretário geral, Dr. Rubens dos Santos Silva, entrou em vigor a partir de 07 de agosto de 2002, e procura melhorar a relação entre os profissionais da área médica e as empresas que utilizam a assistência médica como meio de ganho empresarial.

Espera-se que, a partir de agora, os médicos e todos os profissionais da área da Saúde passem a ter um tratamento mais humano e respeitado por parte dos diversos segmentos que comprem serviços médicos.

Reproduzimos ao lado a íntegra da Resolução Nº 1642/2002 para conhecimento dos médicos que atuam na especialidade de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.